

REVOGADO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 179, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2006

Dispõe sobre processo seletivo de estudantes candidatos a estágio no Superior Tribunal de Justiça.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição prevista no art. 9º do Ato nº 114, de 31 de maio de 2006, e tendo em vista o que consta do procedimento administrativo STJ 3233/2006,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria estabelece normas para a realização de processo seletivo de estudantes candidatos a estágio no Tribunal.

Parágrafo único. O processo seletivo será planejado, coordenado, executado e acompanhado pela unidade de gestão de pessoas, que pode:

I - realizar exames de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de provas, objetivas ou subjetivas, ou de testes práticos;

II - obter o apoio de agente de integração;

III - utilizar os resultados do Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília ou o rendimento escolar ou acadêmico de candidatos a estágio.

Art. 2º O processo seletivo destina-se a tornar transparente e democrático o preenchimento de bolsas de estágio disponibilizadas pelo Tribunal, garantindo igualdade de oportunidade aos interessados.

Parágrafo único. O resultado do processo seletivo servirá para formação de cadastro de reserva, que o Tribunal utilizará, segundo suas possibilidades e necessidades, para preencher bolsas de estágio durante o período de validade do processo.

Art. 3º O processo seletivo compõe-se das seguintes fases:

I - para preenchimento de bolsas de estágio de nível médio:

a) classificatória: executada por agente de integração, devendo o estudante, para efetuar inscrição, apresentar documentação a ser especificada pelo agente;

b) eliminatória: consiste de entrevista, com execução a cargo do Tribunal;

II - para preenchimento de bolsas de estágio de nível superior:

a) classificatória: executada por agente de integração, compreende exame de conhecimentos gerais e língua portuguesa, devendo o estudante, para efetuar inscrição, apresentar documentação a ser especificada pelo agente;

b) eliminatória: consiste de entrevista, com execução a cargo do Tribunal.

Art. 4º O preenchimento das bolsas de estágio ocorrerá a partir de 2 de janeiro de 2007, de acordo com as necessidades do Tribunal.

Art. 5º Das bolsas de estágio de nível médio destinadas ao processo seletivo, metade será preenchida por estudantes oriundos da rede pública de ensino.

Art. 6º O agente de integração divulgará em seu sítio na internet informações sobre a realização de inscrição no processo seletivo e sobre o exame referido no art. 3º, II, a.

Art. 7º A fase referida no art. 3º, I, a, compreende a elaboração de duas listas de classificação, em ordenação decrescente de notas, na forma a seguir:



- I - uma lista com nomes de candidatos oriundos da rede pública de ensino;
- II - outra lista com nomes dos demais candidatos.

Parágrafo único. Para efeito de elaboração das listas de classificação, podem ser considerados:

I - os resultados do Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília ou o rendimento escolar ou acadêmico de candidatos a estágio;

- II - as notas obtidas nos exames referidos no art. 1º, parágrafo único, III.

Art. 8º Os classificados na forma do art. 7º serão convocados para a fase indicada no art. 3º, I, b, à medida que forem sendo desocupadas as bolsas de estágio, seguindo-se a ordem de classificação.

Parágrafo único. O preenchimento das bolsas de estágio de nível médio destinadas ao processo seletivo será feito, alternadamente, por candidatos relacionados nas listagens referidas no art. 7º.

Art. 9º Na fase referida no art. 3º, II, a, será elaborada lista de classificação, em ordem decrescente de pontos obtidos no exame de conhecimentos gerais e língua portuguesa.

Parágrafo único. Os classificados na forma do caput serão convocados para a fase referida no art. 3º, II, b, à medida que forem sendo desocupadas as bolsas de estágio, seguindo-se a ordem de classificação.

Art. 10. As entrevistas referidas no art. 3º serão realizadas na unidade onde estiver alocada a bolsa de estágio a preencher.

Art. 11. Será excluído das listas de classificação de que tratam o art. 7º e o art. 9º e, conseqüentemente, considerado reprovado no processo seletivo, o convocado que:

I - recusar preencher a bolsa de estágio para a qual houver sido entrevistado;

II - não concordar com o horário de realização do estágio;

III - deixar de comparecer à entrevista, sem motivo justificado;

IV - na entrevista, for recusado por duas vezes.

Parágrafo único. O reprovado não tem direito a ser remanejado para o final da lista de classificação.

Art. 12. O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

Art. 13. Para cada bolsa de estágio a preencher podem ser entrevistados, no máximo, três candidatos.

Parágrafo único. Os candidatos remanescentes permanecerão na lista de classificação, aguardando nova oportunidade, observado o disposto no art. 11, IV, e no art. 14.

Art. 14. O processo seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2007, podendo ser prorrogado a critério do Tribunal.

Art. 15. A aprovação no processo seletivo gera para o candidato apenas expectativa de ser convocado para preencher a bolsa de estágio.

Art. 16. O candidato pode, a seu requerimento, ser remanejado para o final da lista de classificação, observando-se o disposto no art. 11, parágrafo único, e no art. 14.

Art. 17. O Tribunal reserva-se o direito de convocar candidatos em número que atenda às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e a existência de bolsas de estágio.

Art. 18. Não será fornecido a candidato documento comprobatório de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificados divulgadas pelo agente de integração em seu sítio na internet.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Ficam revogadas as disposições contrárias.

Miguel Augusto Fonseca de Campos